

# COVID-19:

## O desafio de adaptar e fortalecer o papel dos parlamentos

---

UMA ANÁLISE DA AGENDA LEGISLATIVA SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO



# Índice

■	Introdução	3
■	Resumo da adaptação do trabalho legislativo	5
■	Agenda legislativa no contexto da COVID-19	7
■	Igualdade de gênero nas respostas legislativas à pandemia	11
■	Conclusões	12

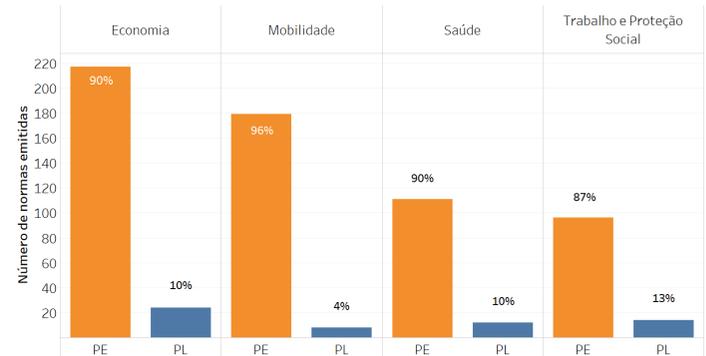
# Introdução

Mais de 100 dias se passaram desde que a Organização Mundial da Saúde declarou a pandemia do COVID-19. Embora as sociedades permaneçam paradas, devido ao isolamento social preventivo e obrigatório, os governos formulam, implementam e avaliam ativamente uma ampla gama de políticas públicas para lidar com a crise de saúde, econômica e social. Vale lembrar que o nosso continente é atualmente um novo epicentro da pandemia.

Até o momento, os poderes executivos desempenharam um papel central na definição das agendas nacionais. Uma pesquisa feita **entre os dias 15 de março e 15 de maio** sobre medidas aprovadas nas áreas de saúde, economia, proteção social e trabalhista, e mobilidade, mostra que a influência dos poderes legislativos nessas discussões continua sendo secundária:

- Os parlamentos tiveram a maior influência na área de **proteção trabalhista e social**, com 13% das medidas aprovadas pelas legislaturas.
- Nos setores de **economia** e **saúde**, 90% das medidas foram aprovadas pelo poder executivo e apenas 10% pelo poder legislativo.
- A diferença é ainda maior para medidas relacionadas a restrições de **mobilidade**, com os órgãos legislativos representando apenas 4% do total.

Regulamentos em resposta à pandemia do COVID-19 nas áreas de economia, saúde, trabalho e renda social, e mobilidade, de acordo com a origem – executiva (PE) ou legislativa (PL) – entre os dias 15 de março e 15 de maio de 2020.



**FONTE:** Directorio Legislativo, com base em [pesquisa de leis](#), ordens executivas e outras resoluções executivas publicadas em fontes oficiais entre os dias 15 de março a 15 de maio.

**Países incluídos:** Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Devido ao seu papel estratégico no desenvolvimento de políticas de longo prazo, os poderes legislativos são a esfera da construção de consenso por excelência para a tomada de decisões, tanto para decisões em resposta à emergência quanto para aquelas que posteriormente impactarão o futuro do “novo normal” e a recuperação dos países.

Na primeira publicação conjunta do **Directorio Legislativo** e do **ParlAmericas**, abordando o papel dos parlamentos e a adaptação à situação atual, exploramos como os parlamentos adaptaram seus processos legislativos. O objetivo desta publicação é aprofundar a análise para refletir sobre o conteúdo dos debates, decisões e leis aprovadas pelas legislaturas entre os dias 15 de abril a 31 de maio.

Este relatório fornece uma **análise das agendas legislativas** em toda a região e das questões abordadas, bem como o **exercício de controle político** das respostas do governo à pandemia.

A análise das agendas legislativas foi baseada em uma revisão das atas das sessões e das reuniões das comissões e, nas comunicações parlamentares oficiais. Nesse sentido, busca-se fornecer uma visão geral dos tópicos abordados no parlamento de forma não exaustiva.

Apresenta-se, por fim, uma seção especial sobre **o papel dos poderes legislativos na agenda de gênero**, inclusive com relação aos orçamentos com perspectiva de gênero; medidas para combater a violência e melhorar as licenças de maternidade e paternidade e o estabelecimento de comitês e grupos de trabalho sobre gênero. Esse relatório pretende ser uma ferramenta para o diálogo dentro dos parlamentos e cobre apenas o período mencionado anteriormente.

---

## Resumo da adaptação do trabalho legislativo

Antes da análise temática, apresentamos um breve resumo da adaptação do trabalho parlamentar às restrições de mobilidade e reuniões, impostas como parte dos planos de prevenção, incluindo uma revisão dos métodos estabelecidos para o trabalho parlamentar (remoto, presencial ou híbrido) e a natureza das reuniões de Comissões e sessões plenárias (informativas ou deliberativas).

PAÍS	MÉTODO DE TRABALHO	SESSÕES PLENÁRIAS	REUNIÕES DE COMISSÃO
 ANTÍGUA E BARBUDA	Híbrido	Deliberativa	Deliberativa
 ARGENTINA	Híbrido	Deliberativa	Deliberativa
 BAHAMAS	Presencial	Deliberativa	Deliberativa
 BARBADOS	Presencial	Deliberativa	Deliberativa
 BELIZE	Presencial	Deliberativa	Deliberativa
 BOLÍVIA	Presencial	Deliberativa	Deliberativa
 BRASIL	Remoto	Deliberativa	Suspensas (comitês <i>ad hoc</i> informativos)
 CANADÁ	Híbrido	Deliberativa	Deliberativa
 CHILE	Híbrido	Deliberativa	Deliberativa
 COLÔMBIA	Híbrido	Deliberativa	Deliberativa
 COSTA RICA	Presencial	Deliberativa	Deliberativa
 CUBA	Remoto	Deliberativa	Deliberativa
 DOMINICA	Presencial	Deliberativa	Deliberativa
 EL SALVADOR	Presencial	Deliberativa	Deliberativa
 EQUADOR	Remoto	Deliberativa	Deliberativa
 ESTADOS UNIDOS	Híbrido	Deliberativa	Deliberativa
 GRANADA	Presencial	Deliberativa	Deliberativa

PAÍS	MÉTODO DE TRABALHO	SESSÕES PLENÁRIAS	REUNIÕES DE COMISSÃO
 GUATEMALA	Presencial	Em recesso legislativo	Em recesso legislativo
 GUIANA	Parlamento dissolvido	Parlamento dissolvido	Parlamento dissolvido
 HAITI	Parlamento dissolvido	Parlamento dissolvido	Parlamento dissolvido
 HONDURAS	Virtual	Deliberativa	Deliberativa
 JAMAICA	Híbrido	Deliberativa	Deliberativa
 MÉXICO	Presencial	Em recesso legislativo (Com. Permanente Virtual)	Em recesso legislativo
 NICARÁGUA	Presencial	Deliberativa	Deliberativa
 PANAMÁ	Presencial (trabalho virtual autorizado)	Em recesso legislativo	Em recesso legislativo
 PARAGUAI	Híbrido	Deliberativa	Deliberativa
 PERU	Híbrido	Deliberativa	Deliberativa
 REPÚBLICA DOMINICANA	Presencial	Deliberativa	Deliberativa
 SANTA LÚCIA	Presencial	Deliberativa	Deliberativa
 SÃO CRISTÓVÃO E NEVIS	Parlamento dissolvido	Parlamento dissolvido	Parlamento dissolvido
 SURINAME	Presencial	Deliberativa	Deliberativa
 TRINIDAD E TOBAGO	Híbrido	Deliberativa	Deliberativa
 URUGUAI	Presencial	Deliberativa	Deliberativa
 VENEZUELA	Presencial	Deliberativa	Deliberativa

### Referências

**MÉTODO DE TRABALHO** remoto | híbrido | presencial | em recesso | suspenso | parlamento dissolvido

**SESSÕES PLENÁRIAS** informativa | deliberativa | em recesso | suspensas | parlamento dissolvido

**REUNIÕES DE COMISSÃO** informativa | deliberativa | em recesso | suspensas | parlamento dissolvido

## Agenda legislativa no contexto da COVID-19

Embora a agenda legislativa da região permaneça amplamente focada em questões relacionadas ou resultantes da pandemia, os **poderes legislativos estão ampliando cada vez mais suas áreas de discussão** e retomando os debates suspensos devido ao COVID-19.

De acordo com nossa análise para o período de 15 de abril a 31 de maio, **apenas 11% das agendas legislativas** da região concentraram-se exclusivamente em questões relacionadas à pandemia.

Entre os assuntos mais recorrentes abordados nos parlamentos da região, **saúde** e **economia** foram os principais tópicos:

- **NA ÁREA DA SAÚDE**, os poderes legislativos lidaram com questões relacionadas às declarações de estado de emergência; protocolos de testagem do vírus; equipamentos de proteção para profissionais de saúde; distribuição de máscaras à população; melhorias na infraestrutura da saúde pública; desenvolvimento de uma vacina contra o COVID-19; promoção de doações de sangue; prescrições eletrônicas e teleconsultas médicas; tratamento de dados sensíveis em pesquisas epidemiológicas, entre outras questões.
- **NA ESFERA ECONÔMICA**, os parlamentos têm trabalhado em questões relacionadas a: restrições de atividades resultantes de declarações de emergência; medidas de estímulo econômico para os setores produtivos mais afetados pela pandemia; concessão de subsídios à renda familiar; apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e à indústria do turismo; anistia de dívidas; aumentos salariais e isenção de pagamentos de imposto de renda para trabalhadores da saúde; a postergação de pagamento de impostos; suspensão de justificativas para demissão durante a emergência; ajuda a trabalhadores informais; seguro desemprego; suspensão da cobrança de pedágio; proibição do desligamento de serviços básicos como eletricidade, água, telefone e serviços de Internet; entre outros assuntos.

A agenda da **educação** também foi transformada no contexto da pandemia. Nessa área, os parlamentares abordaram o acesso à educação a distância, empréstimos educacionais, ajuda financeira ao setor de artes e cultura, acesso gratuito à Internet para estudantes em situações vulneráveis e a redução de taxas na educação privada.

A agenda legislativa também começa a mostrar sinais de que outros debates, que não estão diretamente relacionados à pandemia, estão sendo retomados. Por exemplo:

- **NA ÁREA AMBIENTAL**, os parlamentares abordaram a gestão integrada de resíduos (Costa Rica, República Dominicana e Guatemala), a redução de plásticos não-descartáveis (Barbados), desperdícios alimentares (Brasil), a proibição de atividades de mineração (Costa Rica), reformas energéticas (Bahamas e Equador) e criação de um imposto verde (Paraguai).
- **NA ÁREA TECNOLÓGICA**, foram realizados debates sobre o uso da tecnologia blockchain (Antígua e Barbuda), cibersegurança (Peru), proteção de dados pessoais (Chile, Jamaica e Paraguai) e o uso de tecnologias no processo eleitoral (Barbados).
- **NA ÁREA DE ÉTICA**, foram discutidas questões relacionadas à corrupção (Barbados, Equador e Suriname), terrorismo e lavagem de dinheiro (Antígua e Barbuda) e declarações juramentadas de funcionários públicos (Paraguai).
- Além disso, foram realizadas **REFORMAS tributárias, eleitorais, criminais e até constitucionais** (as últimas no Chile e no Equador). Também foram feitos acordos de livre comércio no Uruguai, Chile e Panamá.
- Além disso, **8 parlamentos priorizaram questões da AGENDA DE GÊNERO** (Brasil, Chile, Colômbia, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai).

Um trabalho para combater a violência foi realizado, levando em consideração que o contexto de confinamento devido à pandemia pode levar a um aumento nos casos de violência de gênero e a uma redução dos recursos disponíveis para mulheres e grupos vulneráveis nessas situações. Como resultado, foram discutidos projetos de lei sobre violência doméstica (Brasil e Chile), monitoramento eletrônico de vítimas de violência (Chile), criação de um registro de agressores sexuais (Paraguai) e prevenção da violência contra mulheres na política (Peru).

Para trabalhar em prol **da igualdade de gênero**, foram analisadas medidas especiais temporárias para fortalecer o princípio de uma vida livre de violência nas esferas em que as mulheres conduzem seus relacionamentos interpessoais. Isso inclui alternância e a paridade de homens e mulheres nas listas de candidatos a cargos públicos eleitos (Peru), bem como a promoção da igualdade de gênero nos ambientes de trabalho (Colômbia).

- **EM TERMOS DE CONTROLE POLÍTICO da resposta pelo poder executivo**, foram estabelecidas comissões temporárias especiais ou de investigação, ou reativadas comissões de controle político já existentes em **13 países** (Argentina, Bahamas, Brasil, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Jamaica, Paraguai, Peru, Suriname e Trinidad e Tobago) para monitorar as implicações fiscais, orçamentárias e financeiras de medidas relacionadas à emergência de saúde pública.

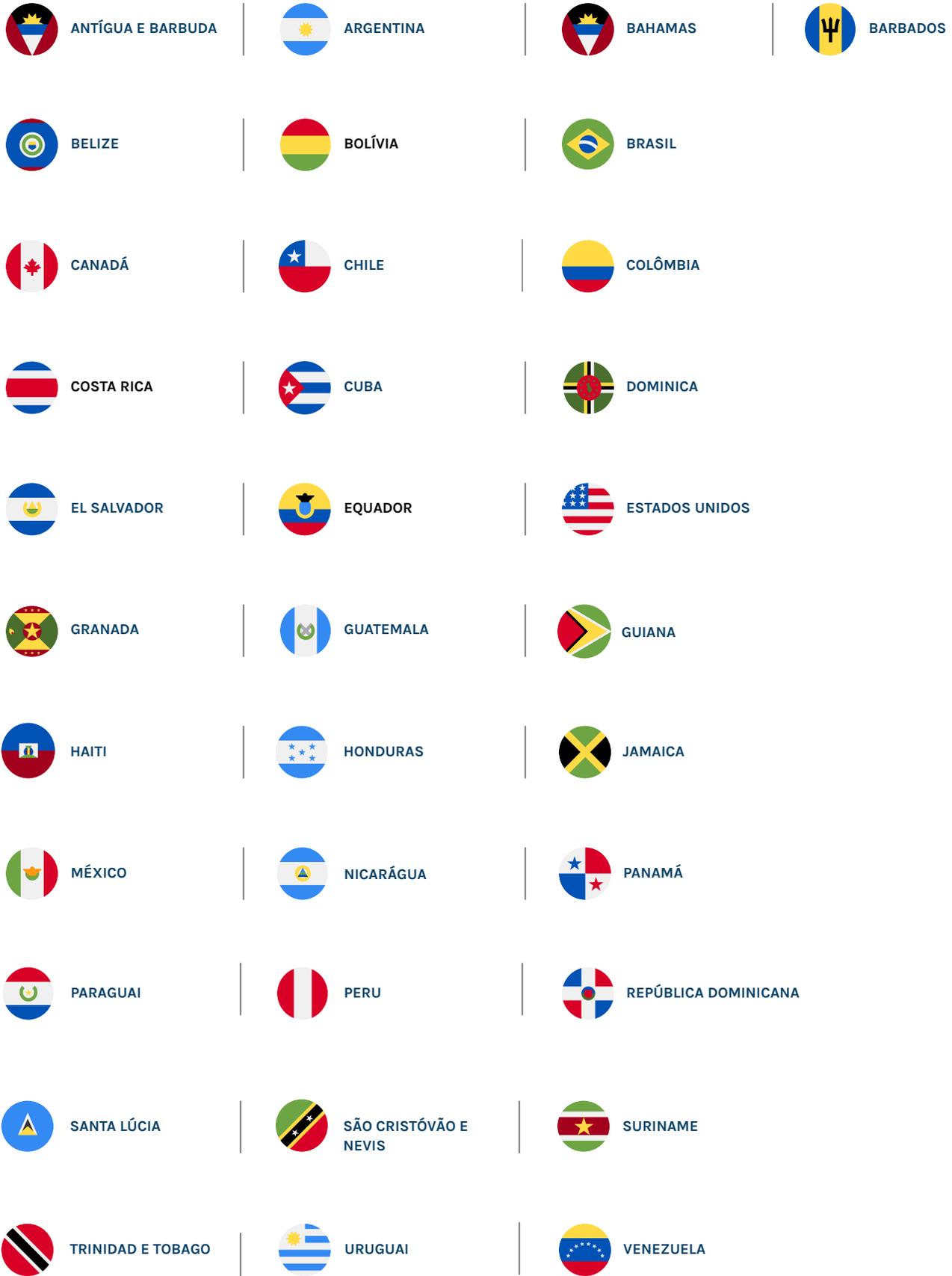
## Agenda legislativa por tema

15 DE ABRIL A 31 DE MAIO de 2020

PAÍS	ECONOMIA	EDUCAÇÃO E CULTURA	GÊNERO	SAÚDE	TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL	AGENDA NÃO-COVID-19
 ANTÍGUA E BARBUDA	●			●		●
 ARGENTINA		●		●	●	●
 BAHAMAS	●			●	●	●
 BARBADOS				●	●	●
 BELIZE				●		
 BOLÍVIA	●			●	●	●
 BRASIL	●	●	●	●	●	●
 CANADÁ	●	●		●	●	●
 CHILE	●	●	●	●	●	●
 COLÔMBIA			●	●		●
 COSTA RICA	●				●	●
 CUBA	●			●	●	
 EL SALVADOR	●	●		●	●	●
 EQUADOR	●	●		●	●	●
 ESTADOS UNIDOS	●	●		●	●	●
 GRANADA	●					
 GUATEMALA	●	●			●	●
 HONDURAS	●	●		●	●	●
 JAMAICA	●					●
 MÉXICO	●	●				●
 NICARÁGUA						●
 PANAMÁ	●	●			●	●
 PARAGUAI	●	●	●	●	●	●
 PERU	●	●	●	●	●	●
 REPÚBLICA DOMINICANA	●			●		●
 SANTA LÚCIA				●		●
 SURINAME						●
 TRINIDAD E TOBAGO		●				●
 URUGUAI	●		●	●	●	●
 VENEZUELA						●

**Fonte:** Elaboração própria, com base em uma pesquisa de agendas legislativas realizada pelo Diretório Legislativo e pelo ParlAmericas entre o 15 de abril e o 31 de maio. Algumas agendas parlamentares podem não ter sido capturadas nesta tabela. \* O gráfico não inclui Guiana, Haiti e São Cristóvão e Nevis, devido que o Poder Legislativo foi dissolvido para as eleições. Também não inclui Dominica, que não esteve em sessão durante o período analisado.

Clique para ver as agendas legislativas de cada país durante a pandemia.



## Igualdade de gênero nas respostas legislativas à pandemia

A pandemia e o contexto de emergência a ela associado gerou impactos específicos em homens e mulheres que, em grande parte, aprofundam as desigualdades de gênero existentes nas diversas esferas da sociedade. **É crucial reconhecer os diferentes efeitos da pandemia** e responder de forma proporcional; por exemplo, as mulheres que vivem na pobreza estão entre os grupos demográficos com maior risco de serem infectados pelo COVID-19, perdendo renda e empoderamento econômico e suportando cargas desproporcionais de trabalho doméstico não remunerado.

Esse cenário requer não apenas participação igual na tomada de decisões, mas também a incorporação plena de uma perspectiva de gênero no desenho, implementação e monitoramento de todas as medidas tomadas em caso de emergência.

Em resposta a esse desafio, as legislaturas têm a oportunidade de garantir um **foco de gênero**, por meio de **procedimentos parlamentares e administrativos** e de **regulamentos** elaborados e aprovados para responder à emergência.

Para isso, é essencial que os parlamentos estabeleçam as seguintes prioridades:

- Trabalhar em direção ao fortalecimento institucional e tomar medidas para garantir a plena **participação política** das mulheres, permitindo um equilíbrio entre a vida pessoal e profissional durante a pandemia;

- Respeitar a **representação política** equitativa, por exemplo, por meio da composição das comissões criadas para desenvolver políticas relacionadas à emergência, e facilitar a inclusão de diversas perspectivas no desenvolvimento de novas iniciativas;
- Elaborar e aprovar **legislação que aplique as perspectivas de gênero e de diversidade**, considerando as maneiras pelas quais o gênero afeta o acesso a oportunidades, papéis e interações sociais entre as pessoas;
- Debater e aprovar **orçamentos sensíveis ao gênero**, por meio da alocação de recursos de maneira a atender às necessidades e interesses de indivíduos de diferentes setores da população.

Os congressos de nossa região têm um **papel importante a desempenhar, não apenas na mitigação das consequências devastadoras da pandemia**, mas também na erradicação das desigualdades pré-existentes que foram exacerbadas pela emergência. A realidade atual requer de forma urgente que as legislaturas incorporem plenamente uma perspectiva de gênero e de diversidade nas ações e operações parlamentares e que mantenham essa perspectiva de gênero como uma de suas políticas de longo prazo.

Esse relatório apresenta **recomendações e boas práticas** para integrar a igualdade de gênero nas respostas legislativas à pandemia.

**> IR PARA A SEÇÃO COMPLETA**

## Conclusões

---

A pandemia do COVID-19 não apenas ameaçou os sistemas de saúde e as economias, mas também exacerbou as desigualdades preexistentes nas Américas e no Caribe: do acesso desigual aos serviços públicos, como a água, essenciais para a proteção da saúde, à discriminação baseada em gênero, que põe em risco a promoção e a proteção dos direitos humanos.

A declaração de um estado de emergência econômica e de saúde – que em alguns países é associada a um estado de exceção que suspende as garantias constitucionais – levou a uma concentração significativa de tomada de decisão nos poderes executivos.

No entanto, como essa situação cria a necessidade de estabelecer novas regras que regem a vida social, econômica e política, torna-se cada vez mais necessário não apenas recuperar o papel estratégico dos poderes legislativos, mas também garantir o cumprimento de seus deveres legislativos, de controle político e de representação.

Os poderes legislativos são a esfera da construção de consenso por excelência, tanto em contextos de mudanças dramáticas quanto na configuração de novas realidades, questionando os regimes de exclusão existentes, identificando desigualdades e trabalhando para erradicá-las. É somente pela perspectiva dos direitos humanos na tomada de decisões, como estratégia para lidar com a crise, que seremos capazes de construir democracias mais igualitárias e, portanto, mais fortes.

*É somente pela perspectiva dos direitos humanos na tomada de decisões, como estratégia para lidar com a crise, que seremos capazes de construir democracias mais igualitárias*

# Relatório anterior do Diretório Legislativo e ParlAmericas



## COVID-19: O desafio de adaptar e fortalecer o papel dos parlamentos

UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DE  
PARLAMENTO ABERTO. ABRIL 2020

[IR AO RELATÓRIO](#)



DIRECTORIO  
LEGISLATIVO

O Diretório Legislativo é uma organização apartidária e independente que há 10 anos promove o fortalecimento dos poderes legislativos e a consolidação dos sistemas democráticos da América Latina por meio da transparência, acesso à informação pública e diálogo com atores dos setores público, privado e acadêmico e sociedade civil.

 **BUENOS AIRES**  
Av. Entre Ríos 258 3E  
(1079), Argentina  
 + (5411) 5218-4647

 **WASHINGTON D.C.**  
1110 Vermont Ave, NW,  
Suite 500 Washington DC  
20005, USA  
 + 1 (786) 828-0675

 [info@directoriolegislativo.org](mailto:info@directoriolegislativo.org)



[www.directoriolegislativo.com](http://www.directoriolegislativo.com)



O ParlAmericas é a instituição que promove a diplomacia parlamentar no sistema interamericano. Composto pelas 35 legislaturas nacionais nas Américas do Norte, Central e do Sul e do Caribe, o ParlAmericas promove o diálogo político cooperativo, facilita o intercâmbio de boas práticas legislativas e produz recursos personalizados para apoiar parlamentares em seu trabalho.

 **OTTAWA**  
Secretaria Internacional do ParlAmericas  
703-155 Queen St., Ottawa, Ontario, K1P 6L1  
Canadá  
 +1 (613) 947-8999

 [info@parlamericas.org](mailto:info@parlamericas.org)

[www.parlamericas.org](http://www.parlamericas.org)